



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE PERÍCIAS EM INFORMÁTICA - SEPINF/DPER/INC/DITEC/PF

PROJETO BÁSICO

INEXIGIBILIDADE

(COMPRAS)

-(Processo Administrativo n.º.....)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de solução de hardware e software para desbloqueio e exame de dispositivos computacionais portáteis, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento:

Grupo	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	CÓDIGO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
1	1	Aquisição da solução de hardware e software UFED Premium com suporte e atualização por 3 anos		Unidade	1	R\$ 302.180,36
	2	Pacote com 100 Ações UFED Premium		Licença	1	R\$ 699.755,40

1.2. A descrição completa dos itens encontra-se no Anexo I deste documento.

1.3. Os itens do grupo 1 devem ser adquiridos simultaneamente, tendo em vista que o Pacote de Ações UFED Premium é necessário para o funcionamento da solução de hardware e software.

1.4. O contrato tem vigência de 12 (doze) meses, prorrogáveis por até 60 (sessenta) meses

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A popularização dos dispositivos computacionais portáteis, como smartphones e tablets, foi responsável por uma mudança radical na demanda de exames periciais da área da informática da Polícia Federal. No início da década de 2010, a grande maioria dos materiais digitais apreendidos e submetidos a exame era de mídias de armazenamento computacional, como discos rígidos, pendrives e mídias óticas, as quais são submetidas a um processo relativamente simples de duplicação pericial para acesso aos dados brutos e

posterior processamento por meio de ferramentas periciais especializadas.

2.2. Em 2017, os smartphones e tablets já representam cerca de 54,5% da produção da área de perícia em informática, com um volume pendente de cerca de 4 mil dispositivos, e a tendência é de aumento dessa proporção. Além do crescente volume de informações de interesse para a investigação criminal armazenado diretamente nos dispositivos móveis, tem-se observado também um aumento da massa de dados armazenados em servidores remotos na internet (a chamada “nuvem”) acessíveis por credenciais comumente encontradas durante a análise de smartphones e tablets.

2.3. Paralelamente ao aumento do volume e da importância dos dispositivos móveis para a investigação criminal, tem aumentado também a proporção de aparelhos bloqueados por senhas pessoais de usuário, o que na maior parte dos casos impede a extração dos dados por meio das ferramentas disponíveis para a perícia da Polícia Federal. Recentemente a empresa israelense Cellebrite passou a oferecer um serviço, baseado em tecnologia proprietária e de uso restrito a forças policiais, capaz de acessar os dados de diversos modelos de dispositivos móveis bloqueados por senha. Inicialmente era necessário enviar os aparelhos questionados para os laboratórios da empresa Cellebrite no exterior, porém em 2017 a tecnologia passou a ser comercializada para uso interno dos órgãos policiais. Essa solução, chamada de UFED Premium, é a única no mercado com essa capacidade e se constitui de equipamento e software especializado, cuja utilização é baseada em “ações”: cada desbloqueio bem-sucedido utiliza uma “ação” de um pacote de “ações” previamente adquirido.

2.4. É importante destacar que no último ano foram examinados smartphones apreendidos em investigações de grande repercussão cujos dados não puderam ser extraídos em virtude da não-colaboração do investigado em fornecer sua senha e da indisponibilidade na Polícia Federal de ferramenta capaz de desbloquear o aparelho. Caso esses aparelhos sejam suportados pelo UFED Premium, a investigação poderia ter acesso aos dados armazenados no dispositivo e eventualmente a outros dados, como *backups* de e-mails e mensagens instantâneas, armazenados na “nuvem” e acessíveis por credenciais recuperadas a partir do dispositivo apreendido.

2.5. A presente aquisição não se enquadra nos termos da IN 4 de 2014 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento por não se tratar de equipamento/software como solução corporativa, que se integre aos demais do DPF para alcance dos resultados pretendidos, mas como uma ferramenta, uma solução de hardware e software de uso específico e individual para realização de atividades fim em Perícias de Informática.

3. FUNDAMENTO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

3.1. A aquisição será por meio da modalidade Inexigibilidade de licitação, nos termos do Art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, em virtude de a solução UFED Premium ser a única no mercado com as características desejadas e ao fato de uma única empresa representar com exclusividade no Brasil a solução.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 60 dias, contados da assinatura do contrato, em remessa única, no seguinte endereço:

Instituto Nacional de Criminalística
Serviço de Perícias em Informática
SPO lote 07 - Edifício INC - Sala A208
Setores Complementares
Brasília - DF
70610-902

4.2. -Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto básico e na proposta.

4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações

constantes neste Projeto básico e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. DO PAGAMENTO

5.1. Ocorrendo a entrega definitiva dos itens especificados, depois da devida atestação e regular liquidação, dar-se-á o pagamento, a ser processado no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante Ordem Bancária creditada em conta-corrente indicada pela empresa vencedora, conforme dispõe o Art. 40, Inciso XIV, alínea "a", da Lei 8.666/93, combinado com Art. 73, Inciso II, do mesmo diploma legal.

5.2. Nenhum pagamento será efetuado à empresa vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega do material.

5.3. Será procedida consulta "ON LINE" junto ao SICAF antes do pagamento a ser efetuado à empresa vencedora, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação exigidas na licitação, ou por meio da documentação anexada à fatura relativa aos Incisos III e IV, Art. 29 da Lei n.º 8.666/93.

5.4. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente, e o pagamento susinado até que a empresa vencedora providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte desta Diretoria.

5.5. Em cumprimento ao disposto no Art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/96, a contratante reterá, na fonte, o imposto sobre a renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a contribuição para a seguridade social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a pessoas jurídicas que não apresentarem a cópia do Termo de Opção.

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a empresa não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela DITEC, entre a data referida no primeiro subitem do 'PAGAMENTO' e a correspondente ao efetivo pagamento, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = [(1 + IPCA/100)N/30 - 1] \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor a ser pago.

IPCA = Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo.

5.7. A atualização prevista nesta condição será incluída em fatura a ser apresentada posteriormente.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Projeto Básico e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas

no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Projeto Básico e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

-

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Projeto Básico, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Projeto básico, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

-

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com

a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- 11.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 11.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 11.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 11.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 11.1.5. cometer fraude fiscal;
- 11.1.6. não manter a proposta.

11.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 11.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 11.2.2. multa moratória de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 11.2.3. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 11.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 11.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 11.2.6. -declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:

- 11.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 11.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Brasília, 28 de dezembro de 2017

ELCIO RICARDO DE CARVALHO

Perito Criminal Federal

SEPINF/INC/DITEC/DPF

Aprovo este termo de referência

AMAURY ALAN MARTINS DE SOUZA JÚNIOR

Perito Criminal Federal

Diretor Técnico-Científico

ANEXO I - Descrição/Especificação dos itens

Item 1: Solução de hardware e software UFED Premium com suporte e atualização por 3 anos

- A solução deverá permitir o desbloqueio, revelação de senha, “bypass” de senha, descryptografia, extração física e/ou file system de dispositivos celulares específicos nos sistemas operacionais iOS e Android;
- O sistema deverá funcionar sob a modalidade de “créditos” ou “ações” consumidos a cada ciclo único de atividades em um mesmo dispositivo;
- Esses “créditos” ou “ações” deverão ter validade perpétua;
- O sistema deverá permitir que novos conjuntos ou pacotes de créditos sejam adquiridos e adicionados a plataforma a qualquer momento;
- Um “crédito” ou “ação” só deverá ser consumido em caso de sucesso na ação executada;
- O sistema deverá ser atualizado constantemente, seguindo novos desenvolvimentos do mercado de telefonia móvel;
- O sistema deverá suportar desbloqueio e extração completa de file system de todos os dispositivos iOS desde iPhone 4S até iPhone 6S/SE/Plus em versões de iOS 8/9/10, incluindo todos os modelos iPad e iPod Touch de gerações equivalentes;
- O sistema deverá suportar o desbloqueio, extração física e/ou remoção de bloqueio de tela em dispositivos Samsung baseados em chipset Exynos, criptografados ou não;
- O sistema deverá suportar “secure start-up” através de mecanismos de força bruta para dispositivos como Samsung Galaxy’s S6, S7 e S8;
- O sistema deverá possuir perfil genérico para dispositivos genéricos Samsung baseados em chipsets Exynos;
- O sistema deverá suportar dispositivos Samsung em versões até o Android 7;
- O sistema deverá fornecer interface gráfica intuitiva, que permita a execução e o acompanhamento das atividades de desbloqueio e extração;
- A plataforma deverá ser fornecida com, no mínimo, 36 meses de suporte e manutenção;
- A plataforma deverá ser fornecida em conjunto com treinamento presencial para até 3 (três) pessoas indicadas pela Contratante;

- O fabricante deverá ser responsável pela atualização de Hardware sempre que uma nova necessidade técnica assim o exigir, durante o período de licenciamento e suporte;
- O sistema deverá acompanhar todos os cabos e acessórios necessários para suporte aos dispositivos móveis, durante o período de licenciamento e suporte;
- Novos cabos e acessórios deverão ser fornecidos sem custo adicional durante o período de licenciamento e suporte;

Item 2: Pacote com 100 Ações UFED Premium

- Conjunto de 100 (cem) “créditos” ou “ações” para utilização com a solução UFED Premium;
- Os “créditos” ou “ações” deverão ter validade perpétua;
- Um “crédito” ou “ação” só deverá ser consumido em caso de sucesso na ação executada;



Documento assinado eletronicamente por **ELCIO RICARDO DE CARVALHO, Perito(a) Criminal Federal**, em 28/12/2017, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **AMAURY ALAN MARTINS DE SOUZA JUNIOR, Diretor(a)**, em 28/12/2017, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5133117** e o código CRC **24C9B154**.